



DISPENSA ELETRÔNICA EM RAZÃO DO VALOR

MPF

APRESENTAÇÃO

O presente **GUIA PRÁTICO**, construído a muitas mãos a partir da expertise de servidoras e servidores de todos os ramos do MPU, tem como objetivo servir de referencial básico para as Unidades Gestoras realizarem o processamento da dispensa de licitação na forma eletrônica de que trata a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (NLLC), contribuindo para modernizar e agilizar o processo de contratações diretas em razão do valor, no âmbito do Ministério Público da União.

O material, de conteúdo objetivo, direto, simples e de caráter utilitário, valioso quanto à gestão do conhecimento e ao potencial de profissionalização da gestão, não tem a pretensão de ser exaustivo sobre o tema, mas surge para orientar e buscar, sempre que possível, uniformizar a instrução do aludido processo.

Tem como objetivo, também, auxiliar os agentes públicos a elucidar as principais dúvidas para a execução do trabalho, de forma ágil, segura e adequada, na medida em que podem contar com um roteiro aderente às disposições da NLLC associado à disponibilização dos correspondentes modelos básicos dos artefatos e de outros expedientes empregados no curso do processo de contratação direta.

A todos os operadores das contratações públicas do MPU espera-se um bom proveito do material e que este seja apenas um ponto de partida para a melhoria contínua da gestão administrativa da Instituição.

SECRETARIA-GERAL

JANEIRO/2023



GUIA PRÁTICO **DISPENSA ELETRÔNICA** **EM RAZÃO DO VALOR**

EQUIPE TÉCNICA

Integrantes do GT instituído pela Portaria SG/MPU nº 28, de 23 de setembro de 2021.

Responsáveis pela execução e implementação das iniciativas piloto na Procuradoria da República na Paraíba, Procuradoria da República em Santa Catarina e Procuradoria Regional da República da 3ª Região.

Equipes da Subsecretaria de Articulação e Registro de Preços, Coordenadoria de Licitações e Disputas Eletrônicas e Assessoria Técnica da Secretaria de Administração do Ministério Público Federal.

DISPENSA ELETRÔNICA EM RAZÃO DO VALOR

FUNDAMENTO:

LEI Nº 14.133/2021

PORTARIA PGR/MPU

Nº 148, DE 7 DE

DEZEMBRO DE 2022

1

ENCAMINHA O DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA (DFD)

A área demandante encaminha o DFD contendo a proposta de contratação, conforme previsão constante no Plano de Contrações Anual. Documento de referência disponível em: Documento de Formalização das Demandas (DFDs).

2

DESIGNA A EQUIPE DE PLANEJAMENTO

A autoridade competente designa a equipe de planejamento para a elaboração do Estudo Técnico Preliminar (ETP) e da Análise de Risco (AR), se for o caso. Documento de referência disponível em: Indicação da Equipe de Contratação.

3

ELABORA O ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)

A equipe de planejamento elabora o ETP e a AR, se for o caso. Documento de referência disponível em: Estudo Técnico Preliminar (ETP).

4

ELABORA O TERMO DE REFERÊNCIA (TR)

A área demandante elabora o TR, com apoio da equipe de planejamento da contratação, caso se conclua pela viabilidade da contratação no ETP. Documento disponível em: Termo de Referência (TR).

DISPENSA ELETRÔNICA EM RAZÃO DO VALOR

FUNDAMENTO:

LEI Nº 14.133/2021

PORTARIA PGR/MPU

Nº 148, DE 7 DE

DEZEMBRO DE 2022

5

CERTIFICA A DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA

A área responsável pela gestão orçamentária emite certidão acerca da disponibilidade orçamentária. Documento de referência disponível em: Análise Orçamentária.

6

ELABORA A MINUTA DO AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

O agente de contratação, tendo por base o TR, elabora a minuta do aviso de dispensa de licitação. Documento disponível em: Aviso de Dispensa.

7

EMITE O PARECER JURÍDICO

A Assessoria Jurídica emite o Parecer Jurídico, se for o caso, acerca da contratação e devolve os autos para a autoridade competente. Documento de referência disponível em: Parecer Jurídico Inicial.

8

AUTORIZA A DISPENSA DE LICITAÇÃO

A autoridade competente autoriza a realização da Contratação Direta por meio de Dispensa Eletrônica. Documento de referência disponível em: Autoriza Dispensa de Licitação.

DISPENSA ELETRÔNICA EM RAZÃO DO VALOR

FUNDAMENTO:
LEI Nº 14.133/2021
PORTARIA PGR/MPU
Nº 148, DE 7 DE
DEZEMBRO DE 2022

9 PUBLICA O AVISO DE DISPENSA

O agente de contratação publica o Aviso de Dispensa Eletrônica no site www.compras.gov.br.

10 EXECUTA A DISPENSA ELETRÔNICA

O agente de contratação executa a dispensa eletrônica no Sistema Compras.gov. Assista ao vídeo [Execução da Dispensa](#).

11 ADJUDICA E HOMOLOGA

A autoridade superior promove ou autoriza a adjudicação do objeto e a homologação do certame. Em seguida, encaminha à área competente para a emissão de nota de empenho. Documento de referência disponível em: [Despacho de Adjudicação e Homologação](#).

MPF
Ministério Público Federal